

**EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A –  
EMGERPI**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
EXERCÍCIO 2022**

**1. APRESENTAÇÃO**

**A EMGERPI – EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A** apresenta aos senhores acionistas, funcionários e ao público em geral, o Relatório da Administração referente ao exercício de 2022, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes.

Este relatório acompanha as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, elaboradas conforme a legislação vigente. Nesta oportunidade, apresentamos as realizações do mencionado exercício.

**2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – EMGERPI foi criada através da Lei Complementar Nº 83, de 12 de abril de 2007, sob a forma de sociedade por ações, sendo o Governo do Estado do Piauí acionista majoritário.

A Assembleia Geral é o órgão superior de deliberação da Empresa, com o corpo administrativo constituído pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

A organização das Diretorias segue a configuração: Presidência, Diretoria Administrativa, Financeira e Contábil e Diretoria de Gestão de Pessoas.

Para a execução do seu objetivo principal, cabe à Empresa: capacitar, aperfeiçoar, absorver, redistribuir e ceder pessoal para órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

O presente relatório tem por objetivo registrar as ações realizadas pela Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S.A – EMGERPI durante o

exercício de 2022, com vistas à obtenção dos melhores resultados na gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais da empresa.

### **3. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS**

#### **3.1 GESTÃO DE PESSOAS**

Neste exercício continuou-se a potencializar a utilização e o gerenciamento de recursos humanos da Empresa, gerindo esforços para o cumprimento de alguns de seus objetivos primordiais: a execução da política de pessoal, capacitação, aperfeiçoamento, redistribuição e cessão de pessoas.

O quadro de pessoal da EMGERPI está composto por 625 empregados efetivos, dos quais 97 estão exercendo atividades na Empresa e 528 distribuídos mediante cessão. ADH, IDEPI, ATI, SEGOV, SEFAZ, SETUR, ALEPI, SASC, SESAPI, SEC CULTURA, DEFESA CIVIL, FUESP destacam-se como os principais recebedores de recursos humanos da EMGERPI: 419 empregados, representando aproximadamente 66% (sessenta e seis por cento) das cessões.

Analisando o quadro funcional por faixa etária, existem 419 funcionários com idade acima de 60 anos. Conforme conhecimento da Empresa, do total de empregados, 390 (62%) já obtiveram aposentadoria por tempo de serviço ou por idade pelo Regime Geral da Previdência Social. Deste universo, 43 servidores estão na faixa acima de 75 anos de idade. Estima-se um número maior de colaboradores aposentados com vínculo empregatício, contudo ainda não se obteve êxito nas ações junto ao INSS para comprovação efetiva.

Dando seguimento às negociações trabalhistas, a Emgerpi buscou ações para a execução dos direitos acordados com seus empregados, promovendo deliberações junto aos órgãos envolvidos para que as categorias tivessem seus índices de correção implantados nas respectivas datas bases.

#### **3.2 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ / CAMPANHAS E CAPACITAÇÕES**

Foram inúmeras tentativas em reimplantar o Programa do Jovem Menor Aprendiz, Lei nº 10.097/2000 determina que toda Empresa de médio e grande porte deve reservar de 5% a 15% das vagas para a contratação de jovens entre

14 e 24 anos como aprendizes. Assim, após empenhos, reimplantou-se o Programa Jovem Aprendiz, inicialmente com a contratação de 10 jovens, ficando remanescente 13 vagas para contratação posterior, atreladas às disponibilidades de vagas para capacitação na Instituição SENAC. Contudo, em virtude das vedações da Lei Eleitoral, o procedimento não pode ser concluído.

A Empresa tem disponibilizado profissionais e realizado campanhas que oferecem aos servidores auxílio e conscientização de suas saúdes físicas e mentais. Foram celebrados eventos como: Janeiro Branco (conscientização sobre a saúde mental); Fevereiro Roxo (conscientização sobre diagnóstico de fibromialgia); Setembro Amarelo (Palestra: Juntos por amor à vida); Outubro Rosa (prevenção do câncer de mama) e Novembro Azul (prevenção do câncer de próstata).

A Emgerpi em parceria com a Escola de Governo do Piauí- EGEPI, Escola de Gestão e Controle do TCE/PI e a Agência de Tecnologia e Informática do Piauí - ATI, oportunizou aos colaboradores qualificações (cursos, treinamentos, palestras, seminários), ainda que de modo progressivo, devido a retomada dos cursos após o contexto pandêmico pelo novo Coronavírus.

### **3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

A Emgerpi manteve seus gastos dentro do orçamento autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA), com a utilização dos créditos orçamentários efetivamente liberados para liquidação dos empenhos do período.

O orçamento referente à folha de pagamento, encargos patronais e tributários, tem sua gestão orçamentária, financeira e contábil executada pela SEFAZ – PI, conforme Decreto nº 18.990/2020.

A Gestão e Programação do Gasto Público – SEFAZ/PI autorizou o valor de R\$ 14.443.157,20 para despesas administrativas (Empenhadas) no exercício de 2022. Deste valor, a EMGERPI executou 66,31% (R\$ 9.577.935,37).

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	NATUREZA DA DESPESA	ORÇAMENTO – RECURSOS DO TESOUREO ESTADUAL					
		AÇÃO (2000 / 2017/ 2020)	ED	FIXAÇÃO MENSAL 2022	FIXAÇÃO ANUAL 2022	TOTAL LIQUIDADOS ATÉ 31/12/2022	%
				R\$ 769.628,07	R\$ 14.443.157,20	R\$ 9.577.935,37	66,31%
				R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00	R\$ 47.229,04	52,48%
				R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	R\$ 33.882,67	47,72%
				R\$ 1.583,33	R\$ 53.000,00		
				R\$ 2.500,00	R\$ 32.000,00	R\$ 34.100,00	107%
				R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	100%
				R\$ 2.356,00	R\$ 28.272,00	R\$ 23.531,98	83%
				R\$ 4.166,67	R\$ 50.000,00	R\$ 153.849,31	308%
				R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 329,91	3%
				R\$ 12.163,43	R\$ 145.961,16	R\$ 131.686,93	90%
				R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 77.000,00	92%
				R\$ 250,00	R\$ 4.500,00	R\$ 2.595,71	58%
				R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00	R\$ 8.000,00	53%
				R\$ 1.250,00	R\$ 30.000,00	R\$ 13.518,27	45,06%
				R\$ 1.250,00			
				R\$ 27.500,00	R\$ 330.000,00	R\$ 87.904,00	26,64%
				R\$ 688,00	R\$ 8.256,00	R\$ 6.172,00	74,76%
				R\$ 3.497,77	R\$ 41.973,19	R\$ 41.973,19	100,00%
				R\$ 1.440,00	R\$ 17.280,00	R\$ 13.518,27	78,23%
				R\$ 3.297,60	R\$ 39.571,20	R\$ 30.615,90	77,37%
				R\$ 345.448,40	R\$ 4.145.380,76	R\$ 3.566.241,28	86,03%
				R\$ 1.246,99	R\$ 14.963,88	R\$ 12.469,90	83,33%
				R\$ 801,50	R\$ 9.618,01	R\$ 9.618,01	100,00%
				R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00	R\$ 36.600,00	87,14%
				R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00	-	0,00%
				R\$ 117.000,00	R\$ 1.404.000,00	R\$ 1.252.000,00	89,17%
				R\$ 476.281,75	R\$ 5.715.381,00	R\$ 3.245.714,27	56,79%
				R\$ 67.500,00	R\$ 810.000,00	R\$ 728.907,79	89,99%
				R\$ 4.166,67	R\$ 50.000,00	-	0,00%
				R\$ 79.166,67	R\$ 950.000,00	R\$ 3.113,97	0,33%
				R\$ 21.666,67	R\$ 260.000,00	R\$ 5.362,97	2,06%

Fonte: Planilhas e relatórios (SIAFE).

### 3.4 CONTROLES DA GESTÃO DE RISCOS TRABALHISTAS E FISCAIS

Como rotina de procedimentos de gestão de riscos foram revistos cálculos trabalhistas na fase dos embargos de execução, de acordo com as sentenças determinadas pela Justiça do Trabalho.

No exercício de 2022 foram revisados 108 processos pleiteando execução

num montante de R\$ 32.768.827,39 (trinta e dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos). Os cálculos apresentaram a considerável redução de despesas com sentenças judiciais trabalhistas no montante de R\$ 8.578.431,16 (oito milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e dezesseis centavos).

<b>Quantidade de Processos Analisados</b>	<b>Valor da Sentença - Reclamante (A)</b>	<b>Estimativa Confiável para Impugnação da Sentença - Reclamado (B)</b>	<b>Economia de Despesa Estimada C=(B-A)</b>
108	R\$ 32.768.827,39	R\$ 24.190.396,23	R\$ 8.578.431,16

Por jurisprudência do STF, ratificado por recomendações de órgão fiscalizador, os processos trabalhistas passaram a integrar o regime de precatórios, tendo sido estes já informados à SEFAZ para inclusão nos orçamentos.

Visando a manutenção da adimplência do Estado e o cumprimento das obrigações legais, a EMGERPI deu continuidade ao controle/pagamento e dos encargos sociais e retenções do INSS e demais impostos e contribuições federais, majoritariamente assumidos nos encargos gerais do Estado.

### **3.4 REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA URBANA**

Com o intento de atender as determinações da Lei 7.211/19, a Emgerpi vem atuando nos processos de transferências dos imóveis à Agência de Desenvolvimento Habitacional do Estado do Piauí - ADH, contemplados pela reforma administrativa.

Entre janeiro e dezembro de 2022 foram abertos 18 (dezoito) processos de transferência de titularidade de imóveis para a ADH nos seguintes municípios:

- Teresina: Conjuntos Primavera I, Primavera II, Tabuleta, Saci, Dignidade, Novo Horizonte, Vamos Ver o Sol, Lagoa Azul, Cristo Rei, Itaperu e Júlia Maione;
- Picos: Conjuntos Waldemar Santos e Petrônio Portela;
- Parnaíba: Conjunto Igarapu;
- Floriano: Conjuntos Paraíso e Pedro Simplício;
- Altos: Tunica Almeida e Ludgero Raulino.

Ainda neste Exercício, a Emgerpi concluiu os processos de transferência imobiliária para a ADH dos conjuntos: Pasárgada, Verde Que Te Quero Verde e Saturo (localizados em Teresina); Joaz de Sousa (Parnaíba) e Lucídio Portela (Campo Maior).

Em relação aos Campus UESPI Uruçuí e UESPI Floriano, áreas não participantes da reforma administrativa e pertencentes à Emgerpi, os procedimentos tramitam em etapa legislativa no processo de doação à FUESPI.

Ademais, a empresa celebrou 03 (três) termos de permissão de uso de imóveis, com intentos sociais e auxílio na preservação do patrimônio, com as instituições: Fundação Taquari, Arquidiocese de Teresina e Associação Escolar de Canoagem de José de Freitas – Iporanga.

### **3.5 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19**

Em razão da pandemia causada pelo Novo Coronavírus, a Emgerpi manteve uma rotina de prestação de serviços e atendimentos de acordo com as medidas de contenção da disseminação da Covid-19, adotadas pelo Governo do Piauí com o objetivo de salvaguardar a saúde dos piauienses.

Mantiveram-se os protocolos de monitoramento contra Covid e as síndromes gripais, com o objetivo de reforçar os cuidados e manutenção do ambiente de trabalho seguro.

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao encerramento de mais um ano, reforçamos a dedicação pela manutenção e êxito nos propósitos da Empresa, em especial de gerir os recursos

humanos. Os projetos que buscam a valorização e capacitação dos profissionais são lastros gerenciais para o alcance do propósito da Empresa.

Mantivemos a análise e gerenciamento dos processos trabalhistas, além do controle e monitoramento dos riscos fiscais. Os procedimentos para regularização imobiliária urbana continuam avançando, com a finalização da transferência de alguns imóveis.

Assim, é com satisfação e desejo de dias melhores que registramos o desempenho e motivação da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí – Emgerpi, com o relevante trabalho em equipe e o efetivo atendimento do dever de zelar pela boa e regular gestão de pessoas e dos recursos públicos, com o objetivo de continuidade da Administração Pública em benefício da sociedade.

Teresina, 31 de dezembro de 2022.

Décio Solano Nogueira  
Diretor Presidente

Manoel Luis Figueredo Neto  
Diretor Administrativo, Financeiro e Contábil

Anderson Régis Viana da Cunha  
Contador CRC-PI nº 7407